DECLARAÇÃO E ESCLARECIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 101/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.: 1773/2026.

OBJETO: Aquisição de 14 (quatorze) computadores desktop com monitor, destinados ao atendimento das necessidades administrativas e operacionais da Polícia Militar Mirim, vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS

DECLARAMOS E ESCLARECEMOS QUE,

Todas as bases de preço, orçamento, valores prévios e cálculos de média e Termo de Referência são de inteira responsabilidade do setor que os efetuou, não cabendo assim qualquer responsabilidade desse Setor de Licitações, bem como do Pregoeiro abaixo mencionado.

Todas as Cotações de Preços, Orçamentos, Valores Prévios e Cálculos de Média são de inteira responsabilidade do setor que os efetuou (conforme **00739/26** não cabendo assim qualquer responsabilidade ao Pregoeiro e sua equipe de apoio, com relação aos mesmos.

A divisão/separação dos lotes da mesma forma, quando no caso, é efetuada pelo setor administrativo da **Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS** não cabendo assim qualquer responsabilidade ao Pregoeiro e sua equipe de apoio, com relação aos mesmos.

O Tipo da Licitação (MENOR PREÇO TOTAL POR ITEM) foi definido pela **Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS,** conforme se extrai, do **Processo Administrativo nº 1773/2026.**

Chupinguaia - RO, 03 de setembro de 2026

MAGNO B. S. FERREIRA

Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 101/2026

EXCLUSIVO MEI, ME e EPP

MODO DE DISPUTA ABERTO

A **Prefeitura de Chupinguaia**, através do seu Pregoeiro, designado por força das disposições contidas no Decreto Municipal nº 23 de 06 de janeiro de 2025, torna público que se encontra instaurada a licitação, sob a modalidade de **Pregão Eletrônico** sob o nº **101/2026**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM, EXCLUSIVO** para MEI, ME e EPP. O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, regido pela Lei Federal nº 14.133, de 01/04/21, Decreto Federal nº 8.538 de 06 de outubro de 2015, Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, Decreto Municipal nº 2736 de 16 de janeiro de 2024 e demais legislações municipais pertinentes e Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações dada pela Lei Complementar 147, de 07 de Agosto de 2014 e alterações.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.: 1773/2026.

OBJETO: Aquisição de 14 (quatorze) computadores desktop com monitor, destinados ao atendimento das necessidades administrativas e operacionais da Polícia Militar Mirim, vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS.

DA SESSÃO

INÍCIO PARA CADASTRO DE PROPOSTAS: 08:00 horas do dia 04 de setembro de 2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09:00 horas do dia 16 de setembro de 2026.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: **www.licitanet.com.br**

LOCAL: O Pregão Eletrônico será realizado por meio do endereço eletrônico acima mencionado, através do Pregoeiro e equipe de apoio. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

EDITAL: O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, no Setor de Licitações, sito AVENIDA 27, 1133, CENTRO – CHUPINGUAIA – RO. Pregoeiro: MAGNO B. S. FERREIRA. Fone/Fax: (69) 3346-1460 e cplmochupinguaia@hotmail.com.

DA RETIRADA: O Instrumento Convocatório e seus anexos poderão ser retirados, até a hora marcada para a abertura da sessão no endereço eletrônico acima mencionado.

Chupinguaia – RO, 03 de setembro de 2026.

P R E G Ã O E L E T R Ô N I C O N° 101/2026.

EXCLUSIVO MEI, ME e EPP.

C
P
L
M
O

AVISO

Recomendamos aos licitantes a leitura atenta às condições/exigências expressas neste edital e seus anexos, notadamente quanto ao credenciamento, objetivando uma perfeita participação no certame licitatório.

Dúvidas: (69) 3346-1460.

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 101/2026.

EXCLUSIVO MEI, ME e EPP.

MODO DE DISPUTA ABERTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1773/2026.

1 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. PREÂMBULO:

A **Prefeitura de Chupinguaia**, através do seu Pregoeiro, designado por força das disposições contidas no Decreto Municipal nº 23 de 06 de janeiro de 2025, torna público que se encontra instaurada a licitação, sob a modalidade de **Pregão Eletrônico sob o nº 101/2026**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM, EXCLUSIVO** para MEI, ME e EPP. O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, regido pela Lei Federal nº 14.133, de 01/04/21, Decreto Federal nº 8.538 de 06 de outubro de 2015, Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, Decreto Municipal nº 2736 de 16 de janeiro de 2024 e demais legislações municipais pertinentes e Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações dada pela Lei Complementar 147, de 07 de Agosto de 2014 e alterações.

1.1.1. Sempre será admitido que o presente Edital de Licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, foi cuidadosamente examinado pelas LICITANTES, sendo assim, não se isentarão do fiel cumprimento dos dispostos neste edital e seus anexos, devido à omissão ou negligência oriunda do desconhecimento ou falsa interpretação de quaisquer de seus itens;

1.1.2. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico; **www.licitanet.com.br**;

1.1.3. A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio do sistema eletrônico,**www.licitanet.com.br**; na data e horário, conforme abaixo:

TIPO DA LICITAÇÃO: (Art. 06, Inciso XLI da Lei 14.133/21) - **Menor Preço.**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item.

MODO DE DISPUTA: Aberto (Decreto Federal nº 10.024/2019)

2.DO OBJETO: Aquisição de 14 (quatorze) computadores desktop com monitor, destinados ao atendimento das necessidades administrativas e operacionais da Polícia Militar Mirim, vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS.

DA SESSÃO

INÍCIO PARA CADASTRO DE PROPOSTAS: 08:00 horas do dia 04 de setembro de 2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09:00 horas do dia 16 de setembro de 2026.

LOCAL: www.licitanet.com.br "Acesso Identificado no link – licitações públicas". Para todas as referências de tempo **será observado o horário de Brasília (DF).**

1.1.3.1. Não havendo expediente, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão pública será transferida para uma data posterior, mediante comunicação do Pregoeiro aos licitantes;

1.1.3.2. Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília - DF.

1.2. DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO:

1.2.1. Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada através do Processo Administrativo n° 1773/2026 e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo de que lhe são correlatos.

2.1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no endereço eletrônico www.licitanet.com.br e as especificações constantes no **TERMO DE REFERÊNCIA** deste Edital, prevalecerão às últimas;

2.2. DO FORNECIMENTO Conforme estabelecido I – Termo de Referência, que foi aprovado e assinado pelo gestor da pasta, analisado e aprovado pela Auditoria/Controle Interno. (Art. 18, inciso II):

Conforme o descrito nos itens 08, 10 e 11 do Termo de Referência – Anexo I do Edital

2.3. DA VIGÊNCIA (art. 55, inciso IV e 57 inciso II):

a) O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, abrangendo o prazo de entrega, o recebimento provisório e definitivo dos equipamentos, bem como o período de garantia e assistência técnica contratual.

b) O prazo de entrega dos equipamentos permanecerá limitado a 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da ordem de fornecimento, não se confundindo com o prazo de vigência contratual.

c) A garantia mínima de 12 (doze) meses será contada a partir da data do recebimento definitivo dos equipamentos, conforme estabelecido no item 10 deste Termo de Referência.

d) A vigência contratual poderá ser prorrogada ou alterada somente nas hipóteses legalmente admitidas, mediante justificativa, autorização da autoridade competente e formalização por termo aditivo, quando cabível.

2.3.1. Na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, nos termos do Artigo 111, da lei 14.133/21. O contrato vigorará conforme termo de referência, podendo ser prorrogado, de comum acordo entre as partes, de acordo com a lei 14.133/21 e legislação correlata, por meio de termo aditivo.

3 – ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS QUE TERÃO DE SER INCONDICIONALMENTE OBSERVADOS.

3.1. As dúvidas decorrentes da interpretação deste Edital e as informações adicionais que se fizerem necessárias à elaboração das propostas, deverão ser formuladas e anexadas no sistema **www.licitanet.com.br**, **(devendo mencionar o número do pregão, o ano e o número do processo), ou protocolado junto a CPLMO, no endereço**. Com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, para os pedidos de esclarecimentos, e 03 (três) dias úteis, para os pedidos de impugnação, antes da data fixada para a sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO, citada no Preâmbulo deste Edital.

3.2. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

3.3. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital a licitante que, tendo-os aceito sem objeção, venha, após a abertura das propostas, apontarem falhas ou irregularidades ou não o fizer no prazo estipulado.

3.4. As respostas às dúvidas formuladas, bem como as informações que se tornarem necessárias durante o período de elaboração das propostas, ou qualquer modificação introduzida no edital no mesmo período, serão encaminhadas em forma de **adendos modificadores ou notas de esclarecimentos, enviado no site oficial da licitação www.licitanet.com.br.**

3.4.1. **ADENDO MODIFICADOR** é o documento emitido pela Administração, contendo informações que impliquem em alteração na formulação das propostas, sendo neste caso, publicado Aviso de Prorrogação da Sessão de Abertura, com o prazo original, devidamente estabelecido no art. 55, § 1º da Lei Federal nº. 14.133/21 e art. 22, do Decreto Federal nº. 10.024/2019, a qual se aplica subsidiariamente a modalidade Pregão;

3.4.2. **NOTA DE ESCLARECIMENTO** é o documento emitido pela Administração, contendo informações que não causem alteração na formulação das propostas;

3.5. Os esclarecimentos de dúvidas a respeito de condições do edital e de outros assuntos relacionados a presente licitação, somente serão aceitos os que forem formulados no sistema, como serão divulgados através de publicação de Adendo Modificador ou Nota de Esclarecimento no site oficial da licitação www.licitanet.com.br. Como também as solicitações de impugnações.

4 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A participar nesta modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, implica a aceitação, plena e irrevogável das normas constantes no presente Edital e dos seus anexos;

4.2. Como requisito para participação no PREGÃO ELETRÔNICO, o licitante deverá manifestar no Anexo II -

Descrição Detalhada do Objeto, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

4.2.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital e nas demais cominações legais.

4.3. Poderão participar desta modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, legalmente constituídas que atenderem a todas as exigências deste Edital, inclusive quanto a documentação, conforme LC 123/06 e alterações dada pela LC 147/14.

4.4. Poderão participar desta Licitação, somente empresas que estiverem regularmente estabelecidas no País, cuja finalidade e ramo de atividade seja compatível com o objeto desta Licitação;

4.5. Será concedida prioridade de contratação das microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local até o limite de dez por cento do melhor preço válido apresentado pelas empresas não local, em situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local sejam superiores ao menor preço;

4.6. Na hipótese da não contratação da microempresa empresas ou pequeno porte sediadas local, a prioridade passa para as empresas das regionais, conforme o Decreto Municipal nº 2700/2024 até o limite de dez por cento do melhor preço válido em situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas regionais de Chupinguaia – RO sejam superiores ao menor preço das empresas remanescentes que porventura se enquadrem como ME ou EPP fora da região de Chupinguaia em ordem classificatória;

4.7. Entende-se por local as ME´s ou EPP´s, sediadas no Município de Chupinguaia – RO;

4.8. Entende-se Regional as empresas sediadas nas proximidades de Chupinguaia – RO, conforme o Decreto Municipal nº 2700/2024;

4.9. O objeto será adjudicado a favor da microempresa ou a empresa de pequeno porte sediada local quando a proposta estiver no limite de até 10% (dez por cento) do melhor preço válido das demais empresas;

4.10. Na hipótese da não adjudicação do objeto às microempresas ou a empresa de pequeno porte sediada local, a prioridade passa para a empresa mais próxima no que se considera regional, conforme o Decreto Municipal nº 2700/2024, considerando o limite de até 10% (dez por cento);

4.11. Na hipótese da não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem como ME ou EPP fora da região de Chupinguaia – RO em ordem classificatória.

4.12. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no Art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.13. Não poderão participar desta modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, empresas que estejam enquadradas nos seguintes casos:

4.13.1. Que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

4.13.2. Que, em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

4.13.3. Que estejam constituídas sob a forma de Consórcio;

4.13.4. Que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas ou punidas com suspensão por órgão da Administração Publica Direta ou Indireta, na esfera Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial, pelo órgão que a praticou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;

4.13.5. Estrangeiras que não funcionem no País;

4.13.6. Que tenham sido consideradas inidôneas por quaisquer órgãos governamentais, autárquicos, funcionais ou de economia mista;

4.13.7. Empresa que estiver em recuperação judicial, processo de falência ou sob o regime de concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação; Ressalva: É possível a participação de empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº 14.133/2021. (TCU, Ac. 8.271/2011-2ª câmara, Dou de 04/10/2011).

4.13.8. Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública;

4.13.9. Empresa suspensa temporariamente do direito de licitar e impedida de contratar com este Município.

4.13.10. Enquadrada nas vedações previstas no artigo 14º da Lei nº 14.133/21 e no artigo 31 da Lei Orgânica.

4.13.11. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.13.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execuçãodo contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.13.13. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

a) O impedimento de que trata este item será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

b) Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

c) O disposto nestes itens não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

d) Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

e) A vedação de que trata este item estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.14. A participação nesta Licitação, importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recurso. A não observância destas condições ensejará na sumária desclassificação da proponente.

5 – DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO.

5.1. As empresas licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da Sessão Pública via internet;

5.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site **www.licitanet.com.br**;

5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal, única e exclusiva do licitante ou de seu representante legal, e na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes em qualquer PREGÃO na forma ELETRÔNICA;

5.3.1. Apresentar juntamente com o exigido **no item 11.8** deste Edital, a procuração e a cédula de identidade do representante legal credenciado para o acesso ao sistema Eletrônico no site **www.licitanet.com.br;**

5.3.2. Se a empresa se fizer representar por procurador, faz-se necessário o credenciamento, através da apresentação da cópia de sua cédula de identidade e de outorga por instrumento público ou particular, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes para prática dos atos pertinentes ao certame. Se a outorga se der por instrumento particular **(com firma reconhecida em Cartório)**, esta deve vir acompanhada de cópia do ato de constituição da empresa ou do ato de investidura na direção da empresa;

5.3.3. Fazendo-se representar a licitante pelo seu sócio-gerente, diretor ou proprietário, este deverá apresentar cópia de sua cédula de identidade e cópia do ato de constituição da empresa ou ato de investidura que habilitem como representante, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

5.3.4. **Apresentar juntamente com o item 5.3.1, Contrato Social, em vigor, registrado na Junta Comercial, para comprovação do ramo de atividade, onde seja compatível com o objeto desta Licitação;**

5.3.4.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual;

5.3.4.2. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

5.3.4.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.4. Os documentos para credenciamento, exigidos no item 5.3 e seus subitens, deverão ser apresentados com cópia autenticada em cartório competente;

5.5. O comparecimento ao site do representante legal da LICITANTE é imprescindível em todas as sessões pertinentes a este certame licitatório;

5.6. A ausência do representante legal da licitante nos horários e datas marcadas no CHAT MENSAGENS, implicará na aceitação por parte do representante legal ausente, de todas e quaisquer decisão tomada pelo Pregoeiro e aceitas pelas licitantes presentes;

5.7. As microempresas ou as empresas de pequeno porte deverão manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico o estabelecido na Lei Complementar nº. 123/06;

5.7.1. A não declaração do item 5.7, implicará no IMPEDIMENTO DA LICITANTE EM BENEFICIAR-SE DA Lei Complementar nº. 123/06;

5.7.2. A declaração falsa dos requisitos de credenciamento sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital e nas demais cominações legais do certame.

5.8. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao Setor de Licitações, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

5.9. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

6 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema www.licitanet.com.br, concomitantemente com os documentos de HABILITAÇÃO exigidos no edital, proposta com a "DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO", incluindo QUANTIDADE, PREÇO e a MARCA (CONFORME SOLICITA O SISTEMA – SE FOR O CASO) vedada a identificação do titular da proposta, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a etapa de envio dessa documentação;

6.2. As propostas cadastradas no Sistema NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

6.2.1. Em caso de identificação da licitante na proposta cadastrada, esta será DESCLASSIFICADA pelo Pregoeiro;

6.3. A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública;

6.4. O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no PORTAL e as especificações constantes do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA), prevalecerão às últimas;

6.5. Na Proposta de Preços inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, como despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação;

6.6. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha;

6.7. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006;

6.8. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

6.9. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta;

6.10. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances;

6.11. O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.12. Nas Propostas de Preços REGISTRADAS no Sistema Eletrônico, deverão ser observadas as seguintes condições:

6.12.1. Preço total de cada item, de acordo com o preço praticado no mercado, conforme estabelece o inciso II, do art. 12, da Lei Federal nº 14.133/21, expresso em moeda corrente

nacional (R$), com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no **Anexo II – Descrição Detalhada do Objeto** do presente edital;

6.12.2. No preço ofertado deverão estar inclusos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, ICMS, taxas, fretes, descontos, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação;

6.13. A proposta de preços registrada implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

6.14. O Pregoeiro verificará as propostas de preços registrados no endereço eletrônico, antes da abertura da fase de lance, desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

7 – DA SESSÃO PÚBLICA

7.1. A partir das **09:00 horas (HORÁRIO DE BRASÍLIA) do dia 16 de setembro de 2026**, e em conformidade com o estabelecido neste Edital, terá início a Sessão Pública do presente PREGÃO ELETRÔNICO, com a divulgação das propostas de preços, recebidas em conformidade com o item 6.8 e seus subitens, e que deverão estar em perfeita consonância com as especificações detalhadas no presente Edital e seus Anexos.

7.2. Em seguida, ocorrerá o início da etapa de lances, via internet, única e exclusivamente, no site www.licitanet.com.br, conforme estabelecido no Sistema Eletrônico.

7.3. O Pregoeiro poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO” do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos **(podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente),** DESCLASSIFICANDO, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

7.4. As licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando, sob pena de serem **desclassificadas** do certame pelo Pregoeiro.

7.5. Os lances serão realizados em conformidade com o Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 no modo de disputa **ABERTO ou ABERTO e FECHADO**, conforme definido nos Artigos 31, 32 e 33 e cadastrado no sistema da Plataforma LICITANET.

7.5.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **02 (dois)** minutos do período de duração da sessão pública.

7.5.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **02 (dois)** minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.5.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.5.4 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.6. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o Pregoeiro, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

7.7. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances;

7.8. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;

7.9. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação no site www.licitanet.com.br.

7.10. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão;

7.11. A desistência em apresentar lance implicará exclusão da licitante na etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços;

7.12. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 02 (duas) horas, envie ou assine a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.12.1. O licitante poderá assinar a proposta final que é disponibilizada no sistema (ASSINAR P. FINAL).

7.13. Após encerrada a fase de lances, as Microempresas – ME ou Empresas de Pequeno Porte – EPP, as quais declararão, em campo próprio do sistema, ao inserir suas propostas de preços serão convocadas através do próprio sistema, conforme Lei Complementar nº 123/06.

8 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26, do Decreto 10.024/2019, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital, observado o disposto no Capítulo X do Decreto 10.024/2019;

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

8.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimo s, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, exclusivamente via chat no sistema do pregão, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro;

8.8. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta;

8.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação;

8.10. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade;

8.11. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital;

8.12. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor;

8.13. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

8.14. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso;

8.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

09 - DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

9.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

9.1.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

9.1.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

9.1.5. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação;

9.1.6. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente;

9.1.7. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via chat no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação;

9.1.8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital;

9.1.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos;

9.1.12. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

9.1.13. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.

10 – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

10.1. O critério de julgamento das propostas será de MENOR PREÇO POR ITEM, e o tipo da licitação será o de MENOR PREÇO devendo o Pregoeiro, realizá-lo em conformidade com o tipo da licitação e os critérios previamente estabelecidos no instrumento convocatório, e em sessão ou reunião do Pregoeiro e Equipe de Apoio, que poderá, a seu critério, solicitar auxílio e assessoria de pessoal qualificado do quadro de servidores do município ou externos a ele;

10.1.1. O julgamento da proposta de preços no site dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM** observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital;

10.1.2. Será admitido apenas 01 (um) licitante vencedor para o item.

10.2. Será efetuada a verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do instrumento convocatório e com os preços correntes no mercado, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis;

10.3. O resultado do julgamento estará a disposição dos interessados, bem como os pareceres, relatórios e atos registrados no processo licitatório. Os autos do processo poderão ser examinados pelos que demonstrarem o desejo de fazê-lo;

10.4. Caso todas as licitantes sejam inabilitadas ou tenham suas propostas desclassificadas, o **Pregoeiro** poderá fixar o **prazo de 03 (três) dias úteis**, para que apresentem outras, escoimadas das causas das quais decorreram a inabilitação ou desclassificação, conforme disposto no art. 59, da Lei 14.133/21, a qual se aplica subsidiariamente a modalidade Pregão;

10.5. É facultada ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, proceder à promoção de diligência ou verificações, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo;

10.6. Não será motivo de desclassificação, simples omissão que seja irrelevante para o entendimento da proposta de preços que não venham causar prejuízo para a Administração Pública, e nem firam os direitos dos licitantes.

11 – DA PROPOSTA DE PREÇOS APRESENTADA PELA(S) LICITANTE(S) DE MENOR(ES) LANCES

11.1. O licitante deverá anexar no sistema de licitação www.licitanet.com.br A proposta final do licitante declarado vencedor, deverá ser assinada via sistema e/ou encaminhada no prazo de até 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá.

11.1.1. A licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. E, em caso de discordância existente entre as especificações do objeto prevalecerão as descritas no ANEXO II (modelo de carta proposta);

11.2.1. Os licitantes que não apresentarem nos termos do item anterior deverá quando solicitado pelo Pregoeiro enviar documentos originais e/ou cópia autenticada em cartório da documentação exigida para habilitação, bem como do detalhamento da proposta de preços, no prazo máximo de 05 (cinco) dias uteis, contados da data de convocação feita pelo Pregoeiro via chat de mensagem, com tolerância de 01 (um) dia por motivos fortuitos, sob pena desclassificação da empresa. Para o endereço sito a Prefeitura de Chupinguaia – Setor de Licitação (CPLMO); situado na Avenida Valter Luiz Filus, 1133, Centro – Chupinguaia – RO, Fone (69) 3346-1460, A/C Pregoeiro ou Equipe de Apoio;

11.2.2. Em todas as folhas, o carimbo padronizado do CNPJ, excetuando-se as folhas timbradas que já tenham impressa essas informações, preferencialmente com índice indicando o número de páginas e respectivo conteúdo, todas as folhas seqüencialmente numeradas;

11.3. Os dados do Representante Legal, preferencialmente, conforme modelo apresentado no **ANEXO IV** deste Edital.

11.4. As propostas de preços deverão conter sob pena de desclassificação:

11.4.1. Indicação da exigência dos itens 2.2.

11.4.2. As propostas devem conter as especificações do objeto de forma clara, descrevendo detalhadamente as características técnicas dos materiais ofertados, constando os quantitativos e valores unitários e totais, bem como a marca e modelo, conforme modelo contido no **ANEXO II** deste Edital;

11.4.2.1 - A não informações como **marca** e **modelo** e outros elementos que identifiquem e constatem as configurações cotadas, **será motivo de desclassificação.**

11.4.3. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de abertura deste Pregão;

11.4.4. Preço unitário e total, de acordo com o preço praticado no mercado (valor fixo, irreajustável, de acordo com a legislação em vigor), expresso em moeda corrente nacional (R$), com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no **Anexo II – Descrição Detalhada do Objeto** do presente edital;

11.4.5. No preço ofertado deverão estar inclusos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação;

11.4.6. O licitante deverá incluir no preço do serviço ofertado, a alíquota do imposto intitulado ICMS, considerando para todos os efeitos fiscais, a Prefeitura de Chupinguaia, na condição de comprador final.

11.5. Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender no todo, ou em parte, as disposições deste instrumento convocatório;

11.6. Serão considerados inadequados, desta forma desclassificados, preços simbólicos, irrisórios, de valor zero ou incompatíveis (excessivos) com os praticados no mercado e com distorções significativas;

11.7. A proposta de preços enviada implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;

11.8. A proposta de preços, contendo as exigências do item 11 e seus subitens deste edital, atualizada com o último lance, deverá ser assinada via sistema e/ou enviada no prazo máximo de até 02 (duas) horas, sob pena de desclassificação, via upload no portal da licitação www.licitanet.com.br conforme o tempo previsto pelo Pregoeiro. Podendo assinar e enviar a PROPOSTA FINAL DO SISTEMA.

11.9 Não serão considerados propostas que deixarem de atender as disposições deste instrumento convocatório.

11.10 As propostas de preços apresentados fora da data e horário previsto no subitem 11.9, ou aquele estabelecido no CHAT MENSAGENS, deste instrumento convocatório, não serão recebidos.

11.11. O envio da proposta de preços vinculará o seu autor ao cumprimento de todas as condições e obrigações com inerentes ao certame.

12 – DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

12.1. A(s) licitante(s) declarada(s) como vencedora(s) do menor lance devera(ão) enviar no prazo de até 02 (duas) horas, (sob pena de inabilitação), via upload no portal da licitação www.licitanet.com.br a documentação de habilitação, a seguir elencada. Podendo assinar e enviar a PROPOSTA FINAL DO SISTEMA.

12.1.1 - Os documentos de habilitação deverão ser enviados obrigatoriamente no formato em **PDF**.

12.2. A(s) licitante(s) deverá (ão), apresentar sob pena de inabilitação, os seguintes documentos abaixo mencionados.

12.3. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL:

a) Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa da Dívida Ativa da União e Receita Federal);

b) Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Estadual;

c) Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Municipal;

d) Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativo", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT); endereço eletrônico: www.tst.jus.br/certidao

12.3.1. As certidões que não indicarem prazo de validade, só serão aceitas pelo Pregoeiro, se emitidas nos últimos 60 (sessenta) dias corridos, e ainda, a validade das certidões emitidas pela INTERNET, fica condicionada à confirmação no endereço eletrônico específico;

12.3.2. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do Contrato, em conformidade com o disposto no art.42 da Lei Complementar nº. 123/2006;

12.3.2.1. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (LC 123/06, art.43, alterada pela LC 147/14); e,

12.3.2.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Setor de Licitações, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

12.3.2.3. A não regularização da documentação, no prazo previsto no § 1o deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº. 14.133, de 01 de abril de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação".

Observação:

A Lei Complementar nº. 123 de 14/12/2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte estabeleceu a definição de Microempresa e de Empresa de Pequeno Porte, a saber:

"Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I – no caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);

II – no caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R$ 4.800.000,00 *(quatro milhões e Oitocentos mil reais). (...)*

§ 4º Não se inclui no regime diferenciado e favorecido previsto nesta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

I – de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

II – que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

III – de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

IV – cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

V – cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

VI – constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

VII – que participe do capital de outra pessoa jurídica;

VIII – que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

IX – resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores; X – constituída sob a forma de sociedade por ações."

12.3.2.4 O licitante deverá anexar no sistema de licitação , os documentos de habilitação e proposta final até o horário limite para o encerramento do envio .

OBS.: Se a documentação de habilitação e proposta não estiver completa e correta, ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos, ou ainda não cumprir os prazos estabelecidos neste subitem, poderá o Pregoeiro considerar o proponente INABILITADO, sem prévio aviso.

12.3.2.5. A documentação de habilitação enviada terá efeito para todos os itens, os quais a empresa encontra-se participando, e foi devidamente convocada.

12.3.3. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, exclusivamente via chat no sistema do pregão, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro;

12.3.4. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

12.4. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Declaração de Inexistência de Fato Superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 64, § 2º, da Lei 14.133/21 **(Anexo V);**

b) Declaração de que não possuiu em seu quadro de pessoal, empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, em qualquer trabalho, menor(es) de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do artigo 1º, do Decreto Federal nº 4.358, de 2002 **(Anexo VI)**;

c) Contrato Social ou outro instrumento equivalente, em vigor; para comprovar o ramo de atividade da referida empresa, a qual deverá ser compatível com o objeto desta licitação; **(autenticada em Cartório ou cópia acompanhada com original para autenticação pela equipe de apoio),** e,

01 – Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, ou;

02 – No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.

d) Declarar para os devidos fins que se fizerem necessários junto às autoridades e órgãos competentes que não possui vinculo empregatício, e nem há sócios, sócio-administrador, cotistas, acionista ou comanditário no quadro da empresa que tenham vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Chupinguaia. **(Anexo VII)**

e) Declaração de que a empresa tem pleno conhecimento das disposições contidas no art. 59-A da Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, comprometendo-se a exigir, manter e atualizar, a cada 6 (seis) meses, as certidões de antecedentes criminais de todos os colaboradores vinculados à execução contratual, sempre que houver atuação com crianças e adolescentes. **(Anexo VIII)**.

12.5. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão (ões) Negativa (a) de Recuperação Judicial – Lei n° 11.101/05 (falência e concordatas) expedida(s) pelo(s) distribuidor (es) de sua sede, se o licitante não for sediado no Estado de Rondônia, a(s) certidão(ões) deverá(ao) vir acompanhada(s) de declaração da autoridade judiciária competente, relacionado o(s) distribuidor(es) que, na Comarca de sua sede, tenha(m) atribuição para expedir certidões negativas de recuperação judicial – Lei n° 11.101/05 (falência e concordatas). As certidões que não tiver vigência, será consideradas aquelas emitidas nos ultimos 30 (trinta) dias.

13 – DA CORREÇÃO ADMISSÍVEL

13.1. Nos casos em que o Pregoeiro constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, sendo estes não significativos, proceder-se-á as correções necessárias para a apuração do preço final da proposta, obedecendo as seguintes disposições:

13.1.1. Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último;

13.1.2. Havendo divergências nos subtotais, provenientes dos produtos de quantitativos por preços unitários, o Pregoeiro procederá a correção dos subtotais, mantendo os preços unitários e alterando em conseqüência o valor da proposta.

14 – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

14.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas neste edital, o Pregoeiro declara o licitante vencedor;

14.2. Caso a oferta não seja aceitável ou o licitante desatenda às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subseqüente, verificando a sua aceitabilidade e os documentos de habilitação do proponente, na ordem de classificação NO SITE, até que um licitante atenda às condições fixadas neste edital, e seja declarado vencedor;

14.3. Aclamação do(s) Licitante(s) vencedor(es);

14.4. Registro das manifestações, em campo próprio no sistema, dos demais Licitantes quanto à intenção ou não de recorrer da decisão proferida pelo Pregoeiro, devidamente motivada, se houver manifestação positiva nesse sentido;

14.5. Adjudicação do objeto da licitação, caso não haja manifestação quanto à intenção de interpor recurso administrativo;

14.6. Registro na Ata da Sessão pelo Pregoeiro e publicação da referida no site;

14.7. Homologada a licitação pela autoridade superior, deverá ser procedida à convocação do adjudicatário para assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

15 – DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

15.1. Proclamado o resultado final da licitação, promoverá o Pregoeiro, a remessa dos autos à autoridade superior, para:

15.1.1. Confirmar o julgamento, determinando a homologação do objeto licitado ao proponente classificado em primeiro lugar;

15.1.2. Ordenar a retificação da classificação no todo ou em parte, se verificar irregularidade corrigível no julgamento;

15.1.3. Anular o julgamento, ou todo procedimento licitatório, se deparar com irregularidade insanável e prejudicial ao certame, em qualquer fase do Processo Licitatório;

15.1.4. Revogar a licitação, por motivo de conveniência ou oportunidade, desde que comprovado e ocorrido depois de instaurada a competição.

16 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

16.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo **10 (dez) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer em campo próprio do sistema;

16.2. A falta de manifestação imediata da licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor; Mas a empresa licitante deverá observar primariamente os seguintes requisitos:

16.2.1. Conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/21, é imperativo que as empresas que optem por apresentar recursos durante o processo de licitação e justifiquem devidamente suas razões para tal medida.

16.2.2. A ausência de justificativa adequada ou a não apresentação do recurso solicitado pela empresa que manifestou a intenção de recorrer, pode ser interpretada como uma tentativa de frustrar o processo licitatório. Tal ato é passível de penalização, sujeitando a empresa a medidas punitivas que podem incluir a desqualificação da mesma do certame em questão, bem como outras sanções legais aplicáveis.

16.2.3. Portanto, reiteramos a importância de que todas as empresas envolvidas no processo licitatório cumpram rigorosamente com as disposições legais, incluindo a apresentação de justificativas claras e consistentes para quaisquer recursos interpostos.

16.2.4. Por conseguinte, instamos todas as partes interessadas a agirem com transparência e responsabilidade, garantindo a lisura e a integridade do processo licitatório em conformidade com a legislação vigente.

16.2.5. Salientamos que a não observância do prazo, e, não havendo envio das razões recursais, devidamente caracterizadas conforme justificada na intenção do recurso e falta de razoabilidade no recurso, pode acarretar em consequências para a empresa licitante, conforme Art. 156 da referida lei. Serão aplicadas infrações administrativas previstas nesta Lei, sendo:

I – Advertência;

II – Multa;

III – Impedimento de licitar e contratar;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com administração publica do Município de Chupinguaia – RO.

16.3. Os recursos apresentados fora do sistema, somente serão aceitos e possívelmente respondidos em caráter pedagógico, não possuindo valor de recurso administrativo.

16.4. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade na intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

16.5. O recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

16.6. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão acolhidos;

16.8. Na contagem dos prazos recursais excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento. Se este recair em dia não útil, o término do prazo ocorrerá no primeiro dia útil subseqüente;

17 – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

A sessão pública poderá ser reaberta:

17.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

17.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006.

17.3. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;

17.4. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta;

17.5. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”).

18 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

18.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão a conta dos seguintes Programas:

A presente despesa correrá por conta das seguintes dotações:

021400 - SECRETARIA DE ASSSITENCIA SOCIAL
08.243.0045.2308.0000 - POLÍCIA MILITAR MIRIM
4.4.90.52.20 - MÁQUINAS, INSTALAÇÕES E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO
FICHA - 600

19 – DO INSTRUMENTO CONTRATUAL.

19.1. A contratação será formalizada mediante a emissão e retirada do instrumento contratual;

19.2. Como condição para celebração do instrumento contratual, a Licitante Vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação;

19.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

a) A referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

b) A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital eseus anexos;

c) A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 139 da mesma Lei.

19.4. Oficialmente convocada pela Administração, com vistas à celebração do Instrumento Contratual, é dado à adjudicatória o prazo de 05 (cinco) dias, contados da data da ciência ao chamamento, pelo Prefeitura de Chupinguaia, para no local indicado, firmar o instrumento de Contrato. A recusa

injustificada da LICITANTE vencedora, em retirar o instrumento contratual dentro do prazo e condições estabelecidas, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida sujeitando-se às penalidades previstas no art. 90, § 5º da Lei Federal nº. 14.133/21.

19.5. É facultado à Administração, quando o convocado não retirar o Instrumento Contratual no prazo e condições estabelecidas, convocar as LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, e assim sucessivamente, ou revogar a licitação;

19.5.1. Os LICITANTES remanescentes convocados na forma do subitem anterior se obrigam a atenderem a convocação e retirarem o Instrumento Contratual respectivo, no prazo fixado no item 18.3 deste edital, ressalvados os casos de vencimentos das respectivas propostas, sujeitando-se ao atendimento das condições de habilitação.

19.6. A Administração, a qualquer tempo, poderá promover a extinção antecipada do Termo Contratual:

a) Unilateralmente, desde que configure qualquer das hipóteses elencadas na Seção V, Art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº. 14.133/21, com suas alterações;

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a administração;

c) Judicial, nos termos da legislação.

20 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

a) O pagamento será efetuado em parcela única, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, observada ainda a ordem cronológica de sua exigibilidade.

b) O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos, contados do recebimento definitivo dos equipamentos e do atesto da nota fiscal pelo fiscal do contrato.

c) Deve acompanhar a fatura toda documentação necessária à comprovação de que o contratado mantém-se regular em todas as condições previstas para habilitação no certame.

d) O pagamento somente será efetuado se houver o aceite/certificação do Fiscal do Contrato e Comissão de Recebimento na fatura/nota fiscal e a documentação da empresa estiver regular. Se a fatura/nota fiscal não for apresentada ou for apresentada em desacordo ao contratado, com irregularidades ou ainda se a documentação da empresa estiver irregular, o prazo para o pagamento será interrompido até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias a sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Chupinguaia.

e) Saneadas a irregularidades, o prazo será contado do início a partir da data de protocolo da comunicação escrita da regularização das falhas e omissões pelo contratado.

f) Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data de emissão da ordem bancária.

g) A nota fiscal ou nota fiscal-fatura deverá ser entregue na sede do Contratante, aos cuidados do responsável pela Secretaria contratante.

h) O Contratante poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, nos casos de:

I – Existência de qualquer débito para com o Contratante; e
II – Execução do objeto em desacordo com as condições contratadas.

21 – DO REAJUSTAMENTO E DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Os preços serão fixos e irreajustáveis, no prazo de vigência do Instrumento Contratual de até 01 (um) ano, de acordo com a Lei Federal nº. 10.192/2001, podendo ser reajustado, após o referido período, mediante regulamentação do Poder Executivo Federal aplicável a matéria;

22 - AS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

22.1 Uma vez firmada a contratação, este município se obriga a:

Conforme o estabelecido no Item 13 do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

23. DAS OBRIGAÇÕES DO LICITANTE VENCEDOR

23.1 Uma vez notificada de que este Município efetivará a contratação, o licitante vencedor deverá comparecer nos 05 (cinco) dias úteis seguintes à notificação, para retirar a nota de empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital. Recebida a Nota de Empenho, a empresa vencedora do certame obriga-se a:

Conforme o estabelecido no Item 12 do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

23.2 Caso o licitante vencedor, regularmente notificado, não compareça para retirar a nota de empenho, a Administração poderá convocar o licitante classificado em segundo lugar para, se quiser, apresentar a proposta pelo preço por ele cotado.

24 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1. Com fundamento nos artigos 155 e 156 da Lei Federal nº. 14.133/21, a **CONTRATADA** Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas no instrumento contratual, salvo se ensejada por motivo de força maior ou caso fortuito, a **CONTRATANTE** poderá, garantir a prévia defesa, aplicar à futura **CONTRATADA,** as seguintes penalidades:

24.1.1. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE** pelo prazo de até 03 (três) anos;

24.1.2. Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, do valor do contrato, limitada a 10% (dez por cento), devendo essa importância ser deduzida do valor a ser pago pela **CONTRATANTE;**

24.1.3. Advertência;

24.1.4. As sanções: “advertência ou suspensão” poderão ser aplicadas juntamente com o subitem 23.1.2, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

24.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

25 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. A LICITANTE deverá assumir todos os custos de elaboração da proposta, não sendo a Administração Pública, em qualquer hipótese, responsável pelos mesmos, independente do resultado da licitação;

25.2. A Administração, a qualquer tempo, antes da data da sessão inaugural, poderá proceder às alterações concernentes a esta licitação, por sua iniciativa, fornecendo o correspondente adendo a todas as interessadas que tenham adquirido o instrumento convocatório, sendo-lhes facultado, em sendo o caso, adiar a data do recebimento das documentações e propostas;

25.3. As omissões porventura existentes neste instrumento convocatório, serão sanadas pelo Pregoeiro, do Setor de Licitações, observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes, bem como diretrizes expedidas pelos órgãos que se constituírem fontes de recursos financiadores;

25.4. A critério da Administração Pública esta licitação poderá:

25.4.1. **Ser anulada** se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado; ou

25.4.2. **Ser revogada,** a juízo da Administração, ser for considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta; ou

25.5. Será observado, ainda, quanto ao procedimento desta licitação, o seguinte:

25.5.1. A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único, do art. 71, Inciso III da Lei 14.133/21;

25.5.2. A nulidade do procedimento licitatório induz à do empenho, ressalvado o disposto na condição anterior; e;
25.5.3. No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

25.6. O presente Edital e seus anexos, bem como a proposta da proponente vencedora, farão parte integrante do contrato como se nele estivesse transcrito, ressalvado o valor proposto, por quanto prevalecerá o ofertado em lance verbal ou negociado;

25.7 É facultada ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo;

25.8. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

25.9. As normas que disciplinam este PREGÃO ELETRÔNICO serão sempre interpretadas em favor da ampliação, da disputa entre interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato;

25.10. A declaração e a adjudicação da licitante vencedora desta licitação não implicará direito à contratação ou a obrigatoriedade de ser adquirido o objeto;

25.11. Para efeito de contratação, aquisição e pagamento prevalecerá, o menor preço escrito, todos devidamente registrados em Ata;

25.12. Havendo conflito de interpretação entre as exigências contidas no Edital e em seus Anexos, prevalecerá pela ordem do Edital, e em seguida o Termo de Referência, a Minuta do Contrato e por último os demais Anexos;

25.12.1. Em divergência em relação ao quantitativo, prevalecerá o contido no ANEXO III (CARTA PROPOSTA).

25.13. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

25.14. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone (69) 3346-1460;

25.15. O resultado desta licitação será publicado no endereço eletrônico: **www.licitanet.com.br**;

26 - ANEXOS

26.1. Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

ANEXO I Termo de Referência.

Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar e/ou Documento de Oficialização da Demanda.

ANEXO II Descrição Detalhada do Objeto

ANEXO III Carta Proposta de Preços (modelo).

ANEXO IV Dados do Representante Legal (modelo).

ANEXO V Declaração de Inexistência de Fatos Supervenientes (modelo).

ANEXO VI Declaração de cumprimento às normas relativas ao Trabalho do Menor.

ANEXO VII Declaração de Vinculo (modelo).

ANEXO VIII Declaração de ciência e compromisso – Art. 59-A do ECA.

ANEXO IX Minuta do Contrato.

27 – DO FORO

27.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Vilhena/RO, para dirimir quaisquer dúvidas referentes a Licitação e procedimentos dela resultantes, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Chupinguaia – RO, 03 de setembro de 2026

SINDOVAL GONÇALVES
Pregoeiro

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de **14 (quatorze) computadores desktop com monitor**, destinados ao atendimento das necessidades administrativas e operacionais da **Polícia Militar Mirim**, vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos neste instrumento.

1.2. A contratação contempla exclusivamente o **Item 1 – Computador desktop com monitor**, com as seguintes características mínimas:

- monitor de, no mínimo, 21 polegadas, com resolução Full HD;
- processador com desempenho compatível com a categoria Intel Core i5 ou superior, ou equivalente;
- memória RAM mínima de 16 GB DDR4 ou superior;
- armazenamento SSD de, no mínimo, 512 GB NVMe;
- sistema operacional profissional compatível com as atividades administrativas;
- placa gráfica integrada;
- conectividade sem fio;
- teclado e mouse compatíveis;
- cabos, acessórios e demais componentes necessários ao pleno funcionamento;
- garantia mínima de 12 (doze) meses.

1.3. A presente contratação decorre da readequação do objeto após o **Pregão Eletrônico nº 89/2026**, referente ao **Processo Licitatório nº 597/2026**, que não teve interessados, sendo declarado **deserto**.

1.4. Em razão do resultado deserto, foram excluídos do objeto os itens anteriormente previstos referentes à impressora multifuncional colorida e ao refrigerador, permanecendo apenas a aquisição dos computadores desktop com monitor, considerada prioritária e indispensável à continuidade das atividades da Polícia Militar Mirim.

1.5. A contratação observará a Lei Federal nº 14.133/2021, a legislação correlata, o Estudo Técnico Preliminar e demais documentos que integram o processo administrativo.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de estruturar e modernizar as atividades administrativas e operacionais da **Polícia Militar Mirim**, vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social, mediante a aquisição de computadores desktop com monitor.

2.2. Os equipamentos serão utilizados na elaboração de documentos, relatórios, registros de atendimentos, controles internos, organização de informações e demais rotinas institucionais e socioeducativas desenvolvidas pelo projeto.

2.3. A ausência ou insuficiência de equipamentos de informática adequados compromete a eficiência dos serviços, podendo ocasionar atrasos nas atividades administrativas, utilização compartilhada de equipamentos e dificuldades no armazenamento, processamento e organização das informações.

2.4. A contratação atende ao interesse público e contribui para a melhoria das condições de trabalho dos servidores e colaboradores, bem como para o fortalecimento das ações destinadas a crianças e adolescentes atendidos pela Polícia Militar Mirim.

2.5. A despesa será custeada com recursos oriundos da **Emenda Impositiva nº 004**, de autoria da Vereadora Angélica de Souza Peralta Ribeiro, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

2.6. A presente contratação decorre da readequação do objeto após o **Pregão Eletrônico nº 89/2026**, referente ao **Processo Licitatório nº 597/2026**, que não recebeu propostas ou interessados, tendo sido declarado **deserto**.

2.7. Em razão do resultado deserto, foram excluídos os itens anteriormente previstos referentes à impressora multifuncional colorida e ao refrigerador, permanecendo exclusivamente a aquisição de **14 (quatorze) computadores desktop com monitor**, considerada prioritária e indispensável à continuidade das atividades administrativas da Polícia Militar Mirim.

2.8. A contratação observará os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. A presente contratação fundamenta-se na **Lei Federal nº 14.133/2021**, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para a Administração Pública, especialmente quanto ao planejamento da contratação, à elaboração do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência, à definição do objeto, à pesquisa de preços e à seleção da proposta mais vantajosa.

3.2. A contratação observará, ainda:

a) o **art. 37 da Constituição Federal**, especialmente os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
b) os **arts. 18 a 24 da Lei nº 14.133/2021**, relativos à fase preparatória da contratação, ao planejamento, à descrição da solução, à estimativa de quantidades e preços e à análise de riscos;
c) as disposições da **Lei nº 8.742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**, no que couber às ações socioassistenciais desenvolvidas pelo Município;

d) as disposições da **Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**, considerando o atendimento de crianças e adolescentes pela Polícia Militar Mirim;
e) a **Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**, quando os equipamentos forem utilizados no tratamento de dados pessoais e informações institucionais;
f) as normas técnicas aplicáveis, inclusive aquelas relacionadas à segurança elétrica, ergonomia, eficiência energética e sustentabilidade, quando pertinentes;
g) a legislação orçamentária e financeira aplicável, especialmente quanto à existência de disponibilidade orçamentária e financeira para a execução da despesa.

3.3. O procedimento será realizado na modalidade **Pregão Eletrônico**, pelo critério de julgamento de **menor preço**, contemplando exclusivamente o **Item 1 – Computador desktop com monitor**, conforme especificações constantes deste Termo de Referência e do Estudo Técnico Preliminar.

3.4. A presente contratação decorre da readequação do objeto após o **Pregão Eletrônico nº 89/2026**, referente ao **Processo Licitatório nº 597/2026**, declarado deserto em razão da ausência de interessados, permanecendo apenas a aquisição dos computadores desktop com monitor, considerada necessária e prioritária para o atendimento das atividades da Polícia Militar Mirim.

3.5. Integram a fundamentação da contratação o **Estudo Técnico Preliminar – ETP**, o Documento de Formalização da Demanda, a pesquisa de preços e os demais documentos que instruem o Processo Administrativo nº **4-1773/2026**.

4. DA DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS

4.1. A contratação contemplará exclusivamente o Item 1 – Computador desktop com monitor, conforme descrição, quantidade e especificações mínimas estabelecidas abaixo:

Item	Descrição técnica resumida	Unid.	Quant.	Valor unitário estimado	Valor total estimado
01	Computador desktop com monitor, conforme especificações mínimas	UND	14	R$ 4.961,64	R$ 69.462,96

Valor total estimado da contratação: R$ 69.462,96 (Sessenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e noventa e seis centavos).

Fonte de pesquisa: Os preços de referência foram apurados a partir do Banco de Preços, pois as cotação formal encaminhada a 3 fornecedores não tive retorno dos mesmos.

Mapa Comparativo de Preços de 13/08/2026 (ID 894354)
E-mail solicitando cotação de preços 01 de 13/08/2026 (ID 894363)

4.2. Especificações técnicas mínimas:

a) computador desktop novo, de primeiro uso, sem sinais de utilização anterior;
b) monitor com, no mínimo, **21 polegadas**, resolução **Full HD** ou superior;
c) processador com desempenho compatível com a categoria **Intel Core i5 ou superior**, ou equivalente de desempenho;
d) memória RAM mínima de **16 GB DDR4** ou superior;
e) armazenamento interno mínimo de **512 GB em unidade SSD NVMe**;
f) sistema operacional profissional compatível com as rotinas administrativas institucionais, devidamente licenciado e ativado;
g) placa gráfica integrada ou de desempenho equivalente, compatível com o monitor fornecido;
h) conectividade adequada para rede local e acesso à internet, incluindo conexão sem fio;
i) teclado e mouse compatíveis com o equipamento;
j) fornecimento de cabos, fontes, adaptadores, manuais e demais acessórios necessários ao pleno funcionamento;
k) equipamentos compatíveis com a infraestrutura elétrica e lógica existente;
l) atendimento às normas técnicas e regulamentações aplicáveis, inclusive quanto à segurança elétrica, eficiência energética, ergonomia e sustentabilidade;
m) garantia mínima de **12 (doze) meses**, contada do recebimento definitivo;
n) assistência técnica durante o período de garantia, para correção de defeitos de fabricação ou falhas de funcionamento, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

4.3. As especificações foram definidas com base em requisitos de desempenho e funcionalidade, sendo vedada a indicação ou exigência de marca ou modelo específico. Serão aceitos equipamentos de configuração equivalente ou superior, desde que atendidos todos os requisitos mínimos deste Termo de Referência.

4.4. O fornecimento deverá contemplar equipamentos homogêneos e padronizados, preferencialmente do mesmo fabricante e modelo, quando isso não restringir a competitividade, a fim de facilitar a utilização, o suporte técnico, a manutenção e a fiscalização contratual.

4.5. Os equipamentos deverão ser entregues devidamente acondicionados, acompanhados da respectiva nota fiscal, documentação técnica, manuais e certificados de garantia, ficando o recebimento condicionado à conferência da quantidade, das especificações e do perfeito funcionamento dos bens.

5. DA ESTIMATIVA DE QUANTIDADE E PREÇO

5.1. Os valores estimados foram apurados com base em pesquisa de preços realizada pelo setor competente, utilizando como referência o Banco de Preços, conforme Mapa Comparativo de Preços elaborado em **13/08/2026**, constante do Processo Administrativo nº 4-1773/2026.

5.2. O valor estimado da contratação foi consolidado com base no Mapa Comparativo de Preços de 13/08/2026, identificado pelo ID nº 894354, bem como nos demais documentos de pesquisa de preços juntados aos autos.

5.3. O valor total estimado da contratação é de **R$ 69.462,96 (sessenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e noventa e seis centavos)**, correspondente ao fornecimento de 14 (quatorze) computadores desktop com monitor, ao valor unitário estimado de **R$ 4.961,64**.

5.4. A estimativa de preços não obriga a Administração à contratação integral, respeitada a disponibilidade orçamentária e a conveniência administrativa.

6. DO PARCELAMENTO DO OBJETO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

6.1. O objeto será contratado menor preço por item, composto exclusivamente por **14 (quatorze) computadores desktop com monitor**, por se tratar de bens homogêneos, com especificações técnicas semelhantes e mesma finalidade de uso.

6.2. Não haverá parcelamento do objeto em itens ou lotes distintos, uma vez que os equipamentos possuem a mesma natureza, finalidade e especificações essenciais, não havendo ganho técnico ou econômico na divisão da contratação.

6.3. O critério de julgamento será o de **menor preço por item**, sendo declarada vencedora a licitante que apresentar o menor valor para o fornecimento integral dos 14 (quatorze) computadores desktop com monitor e atender integralmente às exigências deste Termo de Referência e do edital.

6.4. A proposta deverá contemplar todos os custos necessários ao perfeito fornecimento do objeto, incluindo equipamentos, monitores, teclado, mouse, cabos, acessórios, sistema operacional, transporte, entrega, tributos, seguros, garantia e assistência técnica, não sendo admitida proposta parcial para apenas parte do item.

6.5. A contratação de uma única empresa vencedora contribuirá para a padronização dos equipamentos, a uniformidade da garantia e a centralização da responsabilidade pelo fornecimento, sem prejuízo da observância dos princípios da isonomia, da competitividade, da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa, previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

7. DA SOLUÇÃO ADOTADA

7.1. A solução adotada consiste na aquisição de **14 (quatorze) computadores desktop com monitor**, destinados à Polícia Militar Mirim, vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme as especificações técnicas mínimas estabelecidas neste Termo de Referência.

7.2. A contratação contemplará exclusivamente o **Item 1 – Computador desktop com monitor**, em razão da readequação do objeto após o **Pregão Eletrônico nº 89/2026**, referente ao **Processo Licitatório nº 597/2026**, declarado deserto por ausência de interessados. Foram excluídos os itens anteriormente previstos relativos à impressora multifuncional colorida e ao refrigerador.

7.3. Os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso, compatíveis entre si e fornecidos com todos os componentes e acessórios necessários ao pleno funcionamento, incluindo:

a) monitor com, no mínimo, 21 polegadas e resolução Full HD;
b) processador compatível com a categoria Intel Core i5 ou superior, ou equivalente;
c) memória RAM mínima de 16 GB;
d) armazenamento SSD mínimo de 512 GB NVMe;
e) sistema operacional profissional devidamente licenciado;
f) placa gráfica integrada;
g) conectividade para rede local e internet, inclusive sem fio, quando prevista;
h) teclado, mouse, cabos, fontes, manuais e demais acessórios necessários.

7.4. A solução deverá atender às necessidades administrativas e operacionais da Polícia Militar Mirim, proporcionando melhores condições para elaboração de documentos, relatórios, registros, controles internos e organização das informações institucionais.

7.5. Os equipamentos deverão ser entregues em condições de funcionamento, com garantia mínima de **12 (doze) meses** e assistência técnica durante o período de garantia, sem ônus adicional para a Administração.

7.6. O recebimento ficará condicionado à conferência da quantidade, das especificações técnicas, do funcionamento dos equipamentos, da documentação e da garantia apresentada pela contratada.

8. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

8.1. Os bens deverão ser entregues no almoxarifado da Prefeitura Municipal de Chupinguaia, situado na Av. Tancredo Neves, nº 2634, Centro, CEP 76990-000, ao lado do Espeto do seu Chico, ou em outro local formalmente indicado pela Administração.

8.2. O fornecedor deverá informar previamente, por escrito, o cronograma de entrega, com a confirmação da data e do horário junto ao fiscal designado.

8.3. As entregas deverão ocorrer em dias úteis e em horário comercial, salvo autorização prévia e expressa da Administração para entrega em outro horário.

8.4. A contratada será responsável pelo transporte, seguro, descarregamento e entrega dos bens no local indicado, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

8.5. O prazo máximo para entrega será de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da ordem de fornecimento, salvo justificativa aceita pela Administração.

9. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

9.1. O contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, abrangendo o prazo de entrega, o recebimento provisório e definitivo dos equipamentos, bem como o período de garantia e assistência técnica contratual.

9.2. O prazo de entrega dos equipamentos permanecerá limitado a **15 (quinze) dias corridos**, contados do recebimento da ordem de fornecimento, não se confundindo com o prazo de vigência contratual.

9.3. A garantia mínima de 12 (doze) meses será contada a partir da data do recebimento definitivo dos equipamentos, conforme estabelecido no item 10 deste Termo de Referência.

9.4. A vigência contratual poderá ser prorrogada ou alterada somente nas hipóteses legalmente admitidas, mediante justificativa, autorização da autoridade competente e formalização por termo aditivo, quando cabível.

10. DO RECEBIMENTO

10.1. O recebimento dos bens será realizado de forma provisória e definitiva, observando-se as seguintes etapas:

10.1.1. Recebimento Provisório:

Após a entrega física dos 14 computadores desktop com monitor, a fiscalização designada pela Administração realizará a conferência documental e visual, verificando:

- a integridade das embalagens originais;
- a correspondência entre os bens entregues e a nota fiscal;
- a presença de todos os componentes, acessórios, manuais e certificados de garantia;
- a conformidade visual com as especificações mínimas deste Termo de Referência.

10.1.2. Recebimento Definitivo:

Após o recebimento provisório, será realizado o teste de funcionamento de cada equipamento, com prazo máximo de **30 (trinta) dias** para verificação técnica. O recebimento definitivo será formalizado mediante Termo de Recebimento Definitivo, atestando:

- o perfeito funcionamento dos computadores e monitores;
- a compatibilidade das configurações técnicas com as especificações exigidas;
- a ausência de vícios, defeitos ou avarias.

10.2. O recebimento ficará condicionado à apresentação, pela contratada, de:

- nota fiscal eletrônica regular;
- declaração de garantia mínima de 12 (doze) meses;
- documentação técnica e manuais em língua portuguesa.

10.3. Bens que não atendam às especificações técnicas ou que apresentem defeitos não sanados no prazo estipulado pela fiscalização serão recusados, devendo a contratada providenciar, às suas expensas, a substituição integral dos equipamentos.

10.4. O risco de perda, dano ou avaria dos bens permanecerá sob responsabilidade da contratada até a lavratura do Termo de Recebimento Definitivo pela Administração.

11. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

11.1. Os 14 computadores desktop com monitor deverão ser entregues com **garantia mínima de 12 (doze) meses**, contada a partir da data da lavratura do Termo de Recebimento Definitivo, abrangendo todos os componentes do equipamento, incluindo o monitor, teclado e mouse.

11.2. A garantia deverá cobrir, sem ônus para a Administração, a substituição de peças, a correção de defeitos de fabricação e a prestação de assistência técnica necessária ao pleno funcionamento dos equipamentos.

11.3. A contratada deverá disponibilizar canais de atendimento técnico para suporte remoto e, quando necessário, atendimento presencial, devendo comparecer à sede da Polícia Militar Mirim para a realização de testes, ajustes e eventuais reparos.

11.4. O descumprimento das obrigações de garantia e assistência técnica, ou a não solução de falhas dentro do prazo estipulado pela fiscalização, ensejará a aplicação das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da recusa de pagamento e da rescisão contratual.

11.5. A garantia e a assistência técnica são requisitos indispensáveis para o recebimento definitivo dos bens, devendo a contratada apresentar, no ato da entrega, a documentação comprobatória da garantia, contendo os termos, condições e canais de acionamento.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Constituem obrigações da contratada, além de outras previstas no edital, na proposta e na legislação aplicável:

a) fornecer os **14 (quatorze) computadores desktop com monitor**, novos, de primeiro uso, sem sinais de utilização anterior e em conformidade com as especificações deste Termo de Referência;
b) entregar os equipamentos no local, prazo e condições estabelecidos pela Administração, responsabilizando-se pelo transporte, seguro, carga, descarga e demais custos necessários;
c) fornecer os equipamentos acompanhados de todos os componentes, acessórios, cabos, fontes, teclado, mouse, sistema operacional, manuais e demais itens necessários ao pleno funcionamento;
d) garantir que os produtos estejam devidamente acondicionados em embalagem original, adequada ao transporte e à conservação dos bens;
e) manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de contratação;
f) apresentar nota fiscal correspondente ao objeto efetivamente entregue, contendo a descrição dos equipamentos, quantidades e demais informações exigidas pela Administração;
g) substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, qualquer equipamento que apresente defeito, avaria, vício ou desconformidade com as especificações, no prazo estabelecido pela fiscalização;

h) prestar garantia mínima de **12 (doze) meses**, contada do recebimento definitivo, abrangendo os computadores, monitores, teclados, mouses e demais componentes fornecidos;
i) disponibilizar assistência técnica e suporte necessários durante o período de garantia, sem qualquer custo adicional para a Administração;
j) atender às solicitações da fiscalização e prestar os esclarecimentos técnicos necessários sobre os equipamentos fornecidos;
k) comunicar imediatamente à Administração qualquer fato que possa comprometer o cumprimento dos prazos ou a execução do objeto;
l) observar as normas técnicas aplicáveis, inclusive as relativas à segurança elétrica, eficiência energética, ergonomia, sustentabilidade e funcionamento dos equipamentos;
m) responsabilizar-se pelos danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência de ação ou omissão de seus empregados, representantes ou prepostos;
n) responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários e demais despesas decorrentes da execução do objeto;
o) manter sigilo sobre informações, dados e documentos institucionais eventualmente acessados em razão do fornecimento, observando, quando aplicável, a **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD**;
p) realizar o recolhimento e a destinação ambientalmente adequada das embalagens e dos resíduos decorrentes do fornecimento, quando aplicável;
q) não transferir a terceiros, total ou parcialmente, as obrigações assumidas, salvo mediante autorização prévia e expressa da Administração, nos casos permitidos em lei;
r) cumprir integralmente as determinações da fiscalização, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis em caso de descumprimento.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. Constituem obrigações da Administração contratante, sem prejuízo de outras previstas no edital, no contrato e na legislação aplicável:

a) designar formalmente, por ato da autoridade competente, o fiscal técnico e o fiscal administrativo do contrato, bem como o gestor, quando cabível, para acompanhamento da execução contratual;
b) disponibilizar à contratada acesso aos locais de entrega e instalação dos equipamentos, nos dias e horários previamente acordados, de modo a viabilizar a conferência e o pleno funcionamento dos bens;
c) comunicar formalmente à contratada qualquer alteração relevante que possa interferir na execução contratual, tais como mudanças de endereço, reformas, restrições de acesso ou alterações de layout;
d) receber, conferir e atestar a execução do objeto, observando os critérios de conformidade estabelecidos neste Termo de Referência, emitindo os termos de recebimento provisório e definitivo;
e) recusar, mediante justificativa por escrito, equipamentos que não atendam às especificações técnicas, às normas aplicáveis ou às condições contratuais, exigindo as correções ou substituições necessárias;
f) efetuar os pagamentos à contratada nos prazos e condições estabelecidos no contrato, condicionando-os ao atesto da fiscalização e à apresentação da documentação fiscal e trabalhista exigida;

g) promover, quando cabível, as retenções tributárias e previdenciárias previstas na legislação vigente sobre os valores pagos;
h) assegurar a existência de dotação orçamentária adequada e suficiente, bem como o empenho prévio da despesa, em conformidade com a legislação de finanças públicas;
i) disponibilizar infraestrutura mínima necessária à instalação e ao funcionamento dos equipamentos, tais como pontos de energia e rede lógica compatíveis com as especificações, quando aplicável;
j) observar as normas de proteção de dados pessoais e segurança da informação, garantindo o tratamento adequado de eventuais informações processadas nos equipamentos, em consonância com a LGPD;
k) aplicar as sanções administrativas cabíveis, assegurando o contraditório e a ampla defesa, nos casos de descumprimento de obrigações pela contratada;
l) manter arquivados, de forma organizada, todos os documentos relativos à execução contratual, incluindo ordens de serviço, relatórios de fiscalização, comunicações, termos de recebimento e notificações;
m) cooperar com os órgãos de controle interno e externo, fornecendo informações e documentos solicitados sobre a execução contratual.

14. DA FISCALIZAÇÃO

14.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão formalmente designada pela autoridade competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.2. A fiscalização verificará o cumprimento das obrigações contratuais, especialmente quanto:

a) à entrega dos **14 (quatorze) computadores desktop com monitor**;
b) à conformidade dos equipamentos com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência;
c) à quantidade, integridade, funcionamento e compatibilidade dos bens;
d) ao cumprimento dos prazos de entrega;
e) à apresentação da nota fiscal, manuais, cabos, acessórios e certificados de garantia;
f) à prestação da garantia e da assistência técnica contratadas.
14.3. Compete ao fiscal do contrato:
a) acompanhar a entrega e realizar a conferência dos equipamentos;
b) realizar ou solicitar testes de funcionamento dos computadores, monitores e respectivos acessórios;
c) registrar formalmente as ocorrências verificadas durante a execução contratual;
d) comunicar à contratada eventuais falhas, defeitos ou desconformidades, fixando prazo para correção ou substituição;
e) emitir os termos de recebimento provisório e definitivo, quando atendidas as condições previstas neste Termo de Referência;
f) atestar as notas fiscais somente após a comprovação do fornecimento regular e integral do objeto;
g) encaminhar à autoridade competente os fatos que possam ensejar a aplicação de sanções administrativas;
h) manter os documentos e registros da fiscalização devidamente juntados ao processo administrativo.

14.4. A fiscalização poderá recusar, total ou parcialmente, os equipamentos que:

a) não correspondam às especificações técnicas exigidas;
b) apresentem defeitos, avarias ou sinais de uso anterior;
c) sejam entregues sem os acessórios, manuais ou documentos exigidos;
d) não estejam acompanhados da garantia mínima de 12 (doze) meses;
e) apresentem qualquer desconformidade que comprometa seu funcionamento ou sua finalidade.

14.5. A contratada deverá permitir o acesso da fiscalização aos equipamentos e fornecer todas as informações e documentos necessários à verificação da execução contratual.

14.6. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de falha, defeito, inadequação ou irregularidade na execução do objeto.

14.7. As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ocorrer preferencialmente por escrito, mediante ofício, e-mail institucional, sistema eletrônico ou outro meio formal previsto no edital ou no contrato, com o devido registro no processo administrativo.

15. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado após o recebimento definitivo dos bens e o devido atesto da fiscalização.

15.2. O prazo para pagamento será de até **30 (trinta) dias**, contados do atesto da nota fiscal, desde que a documentação esteja regular.

15.3. A contratada deverá apresentar, para pagamento:

- nota fiscal/fatura;
- comprovantes de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, quando exigíveis;
- demais documentos previstos no edital e no contrato.

15.4. Não será efetuado pagamento por item entregue em desconformidade, ainda que parcialmente recebido, até sua regular regularização.

16. DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

16.1. Serão aceitas as propostas que atenderem integralmente às condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e na legislação aplicável.

16.2. O critério de julgamento será o de **menor preço por item**, composto por **14 (quatorze) computadores desktop com monitor**, sendo declarada vencedora a licitante que apresentar o menor valor para o fornecimento integral do objeto e comprovar o atendimento às exigências técnicas e de habilitação.

16.3. A proposta deverá apresentar, de forma clara e detalhada:

a) descrição completa dos equipamentos ofertados;
b) marca e modelo, quando exigidos no edital, acompanhados das respectivas especificações técnicas;
c) quantidade, valor unitário e valor total do lote;
d) prazo de validade da proposta, conforme estabelecido no edital;
e) prazo e condições de entrega;
f) prazo de garantia mínima de 12 (doze) meses;
g) indicação da assistência técnica e dos canais de atendimento.

16.4. Os equipamentos ofertados deverão atender, no mínimo, às seguintes especificações:

a) computador desktop novo, de primeiro uso;
b) monitor de, no mínimo, 21 polegadas, com resolução Full HD;
c) processador compatível com a categoria Intel Core i5 ou superior, ou equivalente de desempenho;
d) memória RAM mínima de 16 GB DDR4 ou superior;
e) armazenamento SSD mínimo de 512 GB NVMe;
f) sistema operacional profissional Windows, devidamente licenciado e ativado;
g) placa gráfica integrada;
h) conectividade adequada para rede local e internet, inclusive sem fio;
i) teclado, mouse, cabos, fontes e demais acessórios necessários ao pleno funcionamento;
j) garantia mínima de 12 (doze) meses.

16.5. Não serão aceitas propostas:

a) para fornecimento parcial do lote;
b) que não atendam às especificações técnicas mínimas;
c) com equipamentos usados, recondicionados, remanufaturados ou sem procedência comprovada;
d) que apresentem preços superiores ao valor estimado ou máximo aceitável pela Administração, quando assim definido no edital;
e) com preços manifestamente inexequíveis, salvo se demonstrada a sua viabilidade pela licitante;
f) que contenham ressalvas, condicionantes ou alterações que comprometam a execução integral do objeto;
g) que transfiram à Administração custos ou responsabilidades atribuídas à contratada.

16.6. A Administração poderá solicitar catálogos, fichas técnicas, prospectos, declarações do fabricante ou outros documentos necessários à comprovação da compatibilidade dos equipamentos ofertados com as especificações deste Termo de Referência.

16.7. A indicação de marca ou modelo eventualmente apresentada na proposta não implicará direcionamento da contratação, sendo aceitos equipamentos de qualquer fabricante, desde que atendam às especificações mínimas exigidas ou apresentem desempenho equivalente ou superior.

16.8. O valor proposto deverá incluir todos os custos necessários ao fornecimento integral do objeto, inclusive tributos, frete, seguro, transporte, entrega, encargos, acessórios, sistema operacional, garantia e assistência técnica, não cabendo qualquer cobrança adicional à Administração.

17. DAS SANÇÕES

17.1. O licitante ou a contratada que descumprir, total ou parcialmente, as obrigações assumidas, ou praticar qualquer das condutas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, ficará sujeito, assegurados o contraditório e a ampla defesa, às sanções previstas no art. 156 da referida Lei.

17.2. Poderão ser aplicadas, conforme a gravidade da conduta e os prejuízos causados à Administração:

a) **advertência**, exclusivamente quando se tratar de infração de menor potencial lesivo, que não cause prejuízo relevante à execução do objeto;
b) **multa**, nas modalidades previstas no edital e no contrato, especialmente:
I – multa moratória, pelo atraso injustificado na entrega dos equipamentos ou no cumprimento de qualquer obrigação contratual;
II – multa compensatória, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas;
c) **impedimento de licitar e contratar** com a Administração Pública, pelo prazo legal, quando configuradas as hipóteses previstas na legislação;
d) **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, nas hipóteses de maior gravidade, observado o prazo e a competência previstos em lei.

17.3. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, quando cabível, e poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, da garantia contratual, se houver, ou cobrada administrativa ou judicialmente.

17.4. O atraso injustificado na entrega dos **14 (quatorze) computadores desktop com monitor**, na substituição de equipamentos recusados ou na prestação da garantia e assistência técnica sujeitará a contratada à aplicação de multa, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

17.5. A aplicação das sanções observará:

a) a natureza e a gravidade da infração;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos causados à Administração;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, quando cabível;
f) a proporcionalidade e a razoabilidade da penalidade.

17.6. Nenhuma sanção será aplicada sem a prévia instauração do procedimento administrativo cabível, com a notificação da licitante ou contratada para apresentação de defesa, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, do edital e do contrato.

17.7. A contratada responderá, ainda, pelos danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência de falhas, defeitos, atrasos ou irregularidades na execução do objeto, sem prejuízo da aplicação das penalidades administrativas previstas neste Termo de Referência.

18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. A despesa correrá à conta de dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Assistência Social SEMAS, vinculada aos recursos da **Emenda Impositiva nº 004**.

Órgão: Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade Orçamentária: 10 Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 08 Assistência Social
Subfunção: 244 Assistência Comunitária
Programa de Governo: 045 Programa Juventude e Cidadania
Projeto/Atividade: 2308 Polícia Militar Mirim
Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00.00 Equipamento e Material Permanente
Ficha: 600
Modalidade de Aplicação: 090 Aplicação Direta
Fonte de Recurso: Emenda Impositiva nº 004 Vereadora Angélica de Souza Peralta Ribeiro
Valor da Emenda: R$ 78.976,99, sendo que nos 2 itens foram usados 9.500,00, restando saldo de 69.476,99.

19. DOS RISCOS E MEDIDAS MITIGADORAS

19.1. A Administração deverá acompanhar os riscos relacionados à contratação e adotar as medidas necessárias para prevenir ou reduzir seus possíveis impactos, conforme quadro abaixo:

Risco identificado	Probabilidade	Impacto	Medidas mitigadoras
Novo certame deserto ou com baixa participação	Média	Alto	Ampliar a divulgação do certame, manter especificações compatíveis com as práticas de mercado, atualizar a pesquisa de preços e registrar as consultas realizadas.
Atraso na entrega dos equipamentos	Média	Alto	Estabelecer prazo compatível com a realidade do mercado, acompanhar o cronograma e aplicar as sanções previstas em caso de atraso injustificado.
Entrega de equipamentos em desacordo com as especificações	Baixa	Alto	Exigir proposta técnica detalhada, conferir os equipamentos no recebimento e condicionar o recebimento definitivo à aprovação da fiscalização.

Risco identificado	Probabilidade	Impacto	Medidas mitigadoras
Equipamentos usados, recondicionados ou com defeitos	Baixa	Alto	Exigir bens novos e de primeiro uso, realizar inspeção visual e testes de funcionamento, recusando produtos inadequados.
Falha na prestação da garantia ou assistência técnica	Média	Alto	Exigir garantia mínima de 12 (doze) meses, indicação dos canais de atendimento e substituição ou reparo dos equipamentos defeituosos sem ônus para a Administração.
Incompatibilidade com a infraestrutura elétrica ou lógica existente	Baixa	Médio	Verificar previamente os pontos de energia, rede, espaço físico e demais condições necessárias ao funcionamento dos equipamentos.
Variação ou desatualização dos preços de mercado	Média	Médio	Utilizar pesquisa de preços atualizada, com referências compatíveis com o objeto, e revisar os valores antes da fase externa, se necessário.
Obsolescência precoce dos equipamentos	Baixa	Médio	Exigir configurações atuais, desempenho compatível com as atividades administrativas e possibilidade de manutenção e atualização.
Dificuldade de utilização pelos usuários	Baixa	Baixo	Fornecer manuais e realizar orientação básica quanto ao uso, conservação e segurança dos equipamentos.
Descarte inadequado de embalagens e componentes	Baixa	Baixo	Determinar a destinação ambientalmente adequada das embalagens e dos resíduos decorrentes do fornecimento, quando aplicável.
Acesso indevido a dados pessoais ou institucionais	Baixa	Alto	Restringir o acesso aos equipamentos e às informações, observar a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD e adotar boas práticas de segurança da informação.

19.2. A fiscalização deverá registrar as ocorrências verificadas durante a execução contratual e comunicar formalmente à contratada as irregularidades que exigirem providências, fixando prazo para correção.

19.3. A matriz de riscos poderá ser revisada e atualizada pela Administração sempre que ocorrer alteração relevante nas condições da contratação, sem prejuízo da responsabilidade da contratada pelos riscos que lhe forem atribuídos neste Termo de Referência, no edital ou no contrato.

19.4. A ocorrência de risco não imputável à contratada não afasta a necessidade de comunicação imediata à Administração, nem autoriza, por si só, a alteração do objeto ou dos preços contratados sem a devida análise e formalização administrativa.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. A contratação será regida pela Lei nº 14.133/2021, pela legislação municipal aplicável, pelo edital, pela proposta vencedora e pelo contrato decorrente.

20.2. Qualquer alteração do objeto, dos prazos, das quantidades ou das especificações dependerá de autorização formal da autoridade competente.

20.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração, com base na legislação vigente e no interesse público.

20.4. As comunicações oficiais entre Administração e contratada deverão ocorrer por meio escrito, com registro no processo administrativo.

20.5. A contratação deverá observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, economicidade e interesse público.

20.6. Fica eleito o foro da **Comarca de Vilhena/RO**, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões decorrentes da execução do contrato que não puderem ser solucionadas administrativamente.

20.7. Os casos omissos neste Termo de Referência serão resolvidos com fundamento na Lei nº 14.133/2021, na legislação correlata, nos princípios da administração pública e nas orientações dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno do Município.

20.8. Em qualquer hipótese, será observado o princípio da supremacia do interesse público, sem prejuízo da preservação do equilíbrio econômicofinanceiro do contrato e dos direitos da contratada assegurados em lei.

20.9. A contratada e seus prepostos deverão manter sigilo sobre quaisquer dados, imagens, informações técnicas ou administrativas às quais tiverem acesso em razão da execução do contrato, sendo vedada sua utilização para fins estranhos ao objeto ou sua divulgação a terceiros não autorizados.

20.10. A Administração zelará pelo cumprimento da LGPD no tratamento de imagens e registros, adotando normas internas sobre perfis de acesso, prazos de guarda e descarte e procedimentos em caso de incidentes de segurança da informação.

20.11. O descumprimento das obrigações de sigilo e proteção de dados sujeitará a parte infratora às sanções administrativas, civis e penais cabíveis, sem prejuízo da rescisão contratual quando for o caso.

20.12. Qualquer alteração do objeto, das especificações técnicas, dos prazos de execução, das quantidades estimadas ou das demais condições pactuadas dependerá de prévia autorização da autoridade competente e será formalizada por termo aditivo, na forma dos arts. 124 a 137 da Lei nº

14.133/2021, vedadas alterações unilaterais que desfigurem o objeto ou violem o equilíbrio econômicofinanceiro.

20.13. Não será admitida alteração contratual informal, tácita ou baseada apenas em entendimentos verbais entre representantes da Administração e da contratada.

20.14. Eventuais acréscimos ou supressões de quantitativos observarão os limites e hipóteses previstos em lei, bem como a disponibilidade orçamentária e financeira.

21. DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

21.1. A contratação será realizada por meio de **Pregão Eletrônico**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, tendo em vista que o objeto consiste na aquisição de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos objetivamente por meio de especificações usuais de mercado.

21.2. O critério de julgamento será o de **menor preço**, composto por **14 (quatorze) computadores desktop com monitor**, sendo declarada vencedora a empresa que apresentar o menor valor para o fornecimento integral do objeto e atender às exigências do edital, deste Termo de Referência e da legislação aplicável.

21.3. A adoção de menor preço por item único justifica-se pela homogeneidade dos equipamentos, pela padronização das configurações, pela facilidade de fiscalização, recebimento, manutenção e assistência técnica, bem como pela necessidade de centralização da responsabilidade contratual em uma única empresa vencedora.

21.4. A presente contratação decorre da readequação do objeto após o **Pregão Eletrônico nº 89/2026**, referente ao **Processo Licitatório nº 597/2026**, declarado deserto em razão da ausência de interessados, permanecendo exclusivamente o Item 1 – Computador desktop com monitor.

21.5. A licitação será processada exclusivamente em meio eletrônico, observados os princípios da legalidade, isonomia, impessoalidade, publicidade, eficiência, economicidade, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

21.6. As condições de participação, habilitação, apresentação e julgamento das propostas, adjudicação, homologação e contratação serão estabelecidas no edital, na minuta contratual e nos demais documentos que integram o Processo Administrativo nº **4-1773/2026**, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

22. DO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO

22.1. Para fins de observância do princípio da segregação de funções e de transparência na fase de planejamento da contratação, declara-se que este Termo de Referência foi elaborado pelo servidor abaixo identificado:

Nome: Delfino de Paula Siqueira
Cargo/Função: Assessor Executivo
Matrícula: 405822
Unidade/Órgão: Secretaria Municipal de Assistência Social SEMAS
E-mail institucional: delfinosiqueira139@gmail.com

22.2. O responsável pela elaboração deste Termo de Referência atua exclusivamente na fase de planejamento, não participando dos atos de julgamento, adjudicação ou homologação.

Apêndice do Anexo I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(ID-894351)

ANEXO II

DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

PREGÃO ELETRONICO Nº 101/2026.
PROCESSO Nº. 1773/2026.

Objeto: Aquisição de 14 (quatorze) computadores desktop com monitor, destinados ao atendimento das necessidades administrativas e operacionais da Polícia Militar Mirim, vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, assim como segue:

Valor Total R$: 69.462,96 (sessenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e noventa e seis centavos)

Item	Descrição do Produto	Qte	Unid.	Marca	Valor Unit.	Valor Total
1	COMPUTADOR DESKTOP COM MONITOR DE NO MINIMO, 21 POLEGADAS, RESOLUCAO FULL HD, PROCESSADOR COMPATIVEL COM A CATEGORIA INTEL CORE I5 OU SUPERIOR, MEMORIA RAM DE 16 GB DDR4 OU SUPERIOR, ARMAZENAMENTO SSD DE 512 GB NVME, SISTEMA OPERACIONAL PROFISSIONAL WINDOWS, PLACA GRAFICA INTEGRADA, CONECTIVIDADE SEM FIO, ACOMPANHADO DE GARANTIA MINIMA DE 12 MESES.	14	UN		4.961,64	69.462,96

Prazo de validade da proposta (60) sessenta dias.
Declaramos, ainda, que estamos enquadrados no Regime de Tributação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme estabelece o Art. 3º da Lei Complementar 123, de 14 de Dezembro de 2006.
[Somente na hipótese de o licitante ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP)].
Declaramos, para todos os fins de direito, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação e que nossa proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (edital).

ANEXO III

CARTA PROPOSTA PARA FORNECIMENTO

À Prefeitura de Chupinguaia – RO:

Prezados Senhores,

Ref.: **PREGÃO ELETRÔNICO nº 101/2026** – Setor de Licitações - Carta-Proposta de Fornecimento.

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do item abaixo discriminado, conforme Anexo 01, que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

OBJETO: A presente Licitação tem por objeto a Aquisição de 14 (quatorze) computadores desktop com monitor, destinados ao atendimento das necessidades administrativas e operacionais da Polícia Militar Mirim, vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:
   RAZÃO SOCIAL:
   CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:
   REPRESENTANTE E CARGO:
   CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF:
   ENDEREÇO e TELEFONE:
   E-MAIL:
   AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA:

2. CONDIÇÕES GERAIS
2.1. A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Deverá ser cotado, preço unitário e total, de acordo com o **Anexo 01** do Edital.
A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias, a partir da data de abertura do pregão.
PROPOSTA: R$ (Por extenso)
2.2 O preço proposto acima contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento, tais como os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas etc.), cotados separados e incidentes sobre o fornecimento.

LOCAL E DATA
ASSINATURA E CARIMBO DA PROPONENTE
(***OBS.: REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA***)

ANEXO IV

(apresentar em papel timbrado da empresa licitante)

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (MODELO)

Referente: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 101/2026.

A ..... apresenta, a seguir, os dados da empresa (Nome completo da empresa) seu (s) representante (s) legal (is) para assinatura do eventual contrato:

NOME(S):

CARGO(S):

NACIONALIDADE(S): **ESTADO CIVIL:**

PROFISSÃO: **RG:** **CIC:**

RESIDÊNCIA (Domicílio):

Confirmamos, a seguir, os dados da empresa para efeito do eventual CONTRATO:
RAZÃO SOCIAL:

C.G.C. Nº.: **FONE:** **FAX:**

ENDEREÇO COMERCIAL:

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:
Rua/Av.: **N.º:**
E-mail:
Município: **Estado:** **CEP.:**
Conta Corrente: **Cód. Agência:** **Banco:**

Declaramos que os dados são de nossa inteira responsabilidade e responderemos, na forma da Lei, por qualquer prejuízo decorrente de falsidade de informações.

Cidade de Origem, __ de _____ de 2026.

.....
(Assinatura do representante legal e carimbo)

Obs. 1: **Apresentar os dados evitando-se abreviaturas ou iniciais;**
Obs. 2: **Apresentar este documento em papel timbrado da Empresa Licitante;**
Obs. 3: **A ausência deste documento não implica em desclassificação.**

(apresentar em papel timbrado da empresa licitante)

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES

REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 101/2026.

DECLARAÇÃO

(NOME DA EMPRESA) _____, CGC nº _____, sediada na (endereço completo)_____, declara , sob as penas da lei, que até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____
Assinatura do Representante Legal da Licitante

_____
Número da RG do Representante Legal da Licitante

Obs. 1: **Apresentar os dados evitando-se abreviaturas ou iniciais;**
Obs. 2: **Esta declaração terá que ser apresentada junto com a "Documentação de Habilitação"**

(apresentar em papel timbrado da empresa licitante)

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO ÀS NORMAS RELATIVAS AO TRABALHO DO MENOR

REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 101/2026.

A empresa (nome da empresa), inscrita no CNPJ nº. _____, por intermédio de seu representante legal, DECLARA, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº. 14.133/21, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

OBSERVAÇÃO: Se a licitante possuir menores de 16 anos aprendizes deverá declarar essa condição. Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a licitante ou que tenha o carimbo do CNPJ.

.....
(data)

.....
(representante legal)

Obs. 1: Apresentar os dados evitando-se abreviaturas ou iniciais;
Obs. 2: Esta declaração terá que ser apresentada junto com a "Documentação de Habilitação"

(apresentar em papel timbrado da empresa licitante)

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VÍNCULO

REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 101/2026.

Eu,_____, portador (a) do RG nº_____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____, representante da empresa:_____, CNPJ sob o nº._____, Declaro para os devidos fins que se fizerem necessários junto às autoridades e órgãos competentes que não possuo vinculo empregatício, e nem tenho sócios, sócio-administrador, cotistas, acionista ou comanditário no quadro desta empresa que tenham vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Chupinguaia.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

Cidade de Origem, __ de _____ de 2026.

.....

(Assinatura do representante legal e carimbo)

Obs. 1: Apresentar os dados evitando-se abreviaturas ou iniciais;
Obs. 2: Esta declaração terá que ser apresentada junto com a "Documentação de Habilitação"

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E COMPROMISSO – ART. 59-A DO ECA

Declaramos, para os devidos fins, que esta empresa tem pleno conhecimento das disposições contidas no art. 59-A da Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, comprometendo-se a exigir, manter e atualizar, a cada 06 (seis) meses, as certidões de antecedentes criminais de todos os colaboradores vinculados à execução contratual, sempre que houver atuação com crianças e adolescentes.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

Cidade de Origem, __ de _____ de 2026.

.....

(Assinatura do representante legal e carimbo)

Obs. 1: Apresentar os dados evitando-se abreviaturas ou iniciais;
Obs. 2: Esta declaração terá que ser apresentada junto com a "Documentação de Habilitação"

OBS.: Este anexo serve apenas como modelo, será atualizado com as especificidades deste pregão na ocasião da contratação.

ANEXO IX

MINUTA CONTRATO _____/2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 1773/2026.

MINUTA DO CONTRATO

EMENTA: CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE 14 (QUATORZE) COMPUTADORES DESKTOP COM MONITOR, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DA POLÍCIA MILITAR MIRIM, VINCULADA À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SEMAS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE CHUPINGUAIA E A EMPRESA _____.

O MUNICÍPIO DE CHUPINGUAIA - ESTADO DE RONDÔNIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ/MF nº 01.587.887/0001-29, com sede Administrativa na Prefeitura, localizada na Avenida Valter Luiz Filus, nº 1133, Centro, nesta cidade, daqui por diante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal Sr. **WESLEY WANDERLEY DA COSTA GONÇALVES**, portador do CPF nº. 023.856.642-08, e de outro lado a empresa _____**,** inscrita no CNPJ/MF sob n° _____, com sede a _____, em _____, estado de _____, doravante denominada de **CONTRATADA**, representada neste ato pelo Srº**.** _____, portador do CPF n° _____ e RG Nº _____, resolvem celebrar o presente instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (art. 92, inciso I).

O presente contrato tem por objeto a aquisição de 14 (quatorze) computadores desktop com monitor, destinados ao atendimento das necessidades administrativas e operacionais da Polícia Militar Mirim, vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E OS CASOS OMISSOS (art. 92, inciso III).

O respaldo jurídico do presente Contrato encontra-se consubstanciado na Lei Federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021, pelo Decreto Municipal nº 2736 de 16 de janeiro de 2024, e Lei Complementar 123/2006 e alterações posteriores.

§ 1º - Os casos omissos, que por ventura, vierem a existir serão comunicados ao Excelentíssimo Sr. Prefeito, que o encaminhará à Assessoria Jurídica do Município para se pronunciar, devendo ser resolvido nos moldes da legislação vigente e que não contrariem o interesse público.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO (art. 92, inciso IV).

O regime de execução do presente Contrato será de Fornecimento Indireta por menor preço por item, com cumprimento do objeto deste Contrato, onde a empresa vencedora deverá efetuar a entrega da seguinte forma:

Conforme o descrito nos itens 08, 10 e 11 do Termo de Referência – Anexo I do Edital

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DOS CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E REAJUSTAMENTO (art. 92, inciso V).

A Contratante pagará a Contratada o valor de R$ _____(_____), para o fornecimento dos computadores previstos na cláusula primeira.

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

§ 1º Prefeitura, fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, por ocasião da entrega do objeto deste contrato, este não estiver de acordo exigências da Cláusula Primeira.

§ 2º. O pagamento será feito pela Prefeitura de Chupinguaia - RO, em até 30 (trinta) dias consecutivos, contados do recebimento definitivo dos equipamentos e do atesto da nota fiscal pelo fiscal do contrato, mediante depósito bancário em conta corrente indicada pela contratada, deverá, ainda, como condição de pagamento, apresentar comprovação de situação regular perante as certidões de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos Trabalhista e Certidão de Regularidade do FGTS.

§ 3º. Não será efetuado qualquer tipo adiantamento ou antecipações de pagamentos para a entrega dos materiais, objeto deste Contrato.

§ 4º. Nos preços propostos, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre osencargos da contratada e a retribuição da Administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurandoálea econômica extraordinária e extracontratual, os valores constantes desta cláusula serão ajustados na proporção da alteração que houver nos preços do serviço, precedido da demonstração do aumento dos custos, os quais poderão ser comprovados com documentos fiscais, contratos, convenções coletivas, na devida proporção do reflexo na formação da planilha de preço e compatibilidade com os valores de mercado.

DO REAJUSTE:

§ 1º. Os preços contratados permanecerão fixos e irreajustáveis durante o período de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado da contratação, nos termos do art. 25, § 7º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º. Decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, caso haja prorrogação da vigência contratual e mediante requerimento da CONTRATADA, os preços poderão ser reajustados pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, preservando-se o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da legislação vigente.

§ 3º. O reajuste produzirá efeitos financeiros a partir da data em que se completar o período de 12 (doze) meses contado da data do orçamento estimado da contratação, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o índice previsto neste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA (art. 92, inciso VII)

a) O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, abrangendo o prazo de entrega, o recebimento provisório e definitivo dos equipamentos, bem como o período de garantia e assistência técnica contratual.

b) O prazo de entrega dos equipamentos permanecerá limitado a 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da ordem de fornecimento, não se confundindo com o prazo de vigência contratual.

c) A garantia mínima de 12 (doze) meses será contada a partir da data do recebimento definitivo dos equipamentos, conforme estabelecido no item 10 deste Termo de Referência.

d) As obrigações de garantia e assistência técnica subsistirão até o encerramento integral do prazo de 12 meses contado do recebimento definitivo, independentemente do término do prazo inicialmente indicado para a execução principal do contrato.

e) A vigência contratual poderá ser prorrogada ou alterada somente nas hipóteses legalmente admitidas, mediante justificativa, autorização da autoridade competente e formalização por termo aditivo, quando cabível.

§ 1º. Na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, nos termos do Artigo 111, da lei 14.133/21. O contrato vigorará conforme termo de referência, podendo ser prorrogado, de comum acordo entre as partes, de acordo com a lei 14.133/21 e legislação correlata, por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA SEXTA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, inciso VIII)

A presente despesa correrá por conta das seguintes dotações:

021400 - SECRETARIA DE ASSSITENCIA SOCIAL
08.243.0045.2308.0000 - POLÍCIA MILITAR MIRIM
4.4.90.52.20 - MÁQUINAS, INSTALAÇÕES E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO

CLÁUSULA SÉTIMA – DO DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES (art. 92, inciso XIV).

A Contratante se obriga a:

Conforme o estabelecido no Item 13 do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

A Contratada se obriga a:

Conforme o estabelecido no Item 12 do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES E MULTAS.

O não cumprimento do objeto do Contrato, e das demais cláusulas, implicará na aplicação de sanções a CONTRATADA, nos termos dos artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/21.

§ 1º - As sanções de que trata o "caput" desta cláusula, poderão ser das seguintes naturezas:

a) advertência;
b) multa;
c) impedimento de licitar e contratar;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
e) prazo de defesa de 15 dias úteis, nos termos dos arts. 157 e 158 da Lei nº 14.133/2021;
f) possibilidade de aplicação cumulativa da multa com as demais sanções, observado o devido processo administrativo.

§ 2º - O valor da multa aplicada por ocasião do descumprimento do presente contrato será descontado do pagamento e quando for o caso; cobrada judicialmente.

§ 3º - As sanções previstas nas alíneas "a", "b", "c", "d" e "e", poderão ser aplicadas cumulativamente com a alínea "f", facultado a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO (art. 124).

Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no artigo 124, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 137 a 139).

Este Instrumento contrato/ata poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos artigos 137 a 139 da Lei 14.133/21.

Parágrafo único – Na ocorrência de rescisão, por conveniência administrativa, a CONTRATADA será notificada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO (art. 117).

Na forma do que dispõe o artigo 117 da Lei 14.133/21 e alterações, cabe ao Município, a seu critério, através da Unidade Orçamentária 021400 - SECRETARIA DE ASSSITENCIA SOCIAL, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases de entrega dos computadores ora licitados, sem prejuízo da obrigação deste de fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados.

§ 1º - A Contratada declara aceitar integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo município.

§ 2º - A existência e a atuação da fiscalização do Município, em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada no que concerne á entrega dos computadores ora licitados, e às suas conseqüências e implicações próximas ou remotas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO LIVRE ACESSO

Em atendimento a portaria interministerial 424/2016,

> *"Art. 43. Os contratos celebrados à conta dos recursos dos instrumentos deverão conter cláusula que obrigue o contratado a conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, para os servidores do órgão ou entidade pública concedente e dos órgãos de controle interno e externo".*

§ 1º - O contratado concede livre acesso aos servidores do (controle externo e interno), documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO E DIVULGAÇÃO (art. 92, inciso XI e art. 94).

Fica este Contrato vinculado ao Edital do Pregão Eletrônico nº 101/2026, e a proposta de preços constante no Processo nº 1773/2026, e as disposições da Lei Federal nº 14.133/21, cujas disposições integram este instrumento.

A divulgação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP constitui condição indispensável para sua eficácia, nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO (art. 92, § 2º).

As partes contratantes elegem o Foro do Município de Vilhena, como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Chupinguaia/RO _____ de _____ de 2026.

Pela Contratante: Pela Contratada:

Prefeito Municipal

Nome do Responsável
Função

Nome do Responsável
Secretário (a) Municipal

TESTEMUNHAS:

Visto:

Procurador Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 101/2026

EXCLUSIVO MEI, ME e EPP - MODO DE DISPUTA ABERTO

A Prefeitura de Chupinguaia – RO, através do Pregoeiro, devidamente autorizado pelo Decreto Municipal de nº 23/2025, torna público que realizará Licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICO nº101/2026,** do tipo **Menor Preço Por Item.** Nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Municipal nº 2736/2024 e Decretos regulamentares, que tem como objeto a aquisição de 14 (quatorze) computadores desktop com monitor, destinados ao atendimento das necessidades administrativas e operacionais da Polícia Militar Mirim, vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS. Processo Administrativo nº **1773/2026**. Valor Total R$: 69.462,96 (sessenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e noventa e seis centavos). Início para cadastro de propostas: **08:00 horas do dia 04 de setembro de 2026**; data de início da sessão pública: **09:00 horas do dia 16 de setembro de 2026;** horário de Brasília – DF, local www.licitanet.com.br. Informações Complementares no Portal www.chupinguaia.ro.gov.br, ou telefone (69) 3346-1460.

Publique-se!

CHUPINGUAIA, 03 de setembro de 2026

MAGNO B. S. FERREIRA
Pregoeiro

OBSERVAÇÕES GERAIS:

a) Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, CONCOMITANTEMENTE, proposta com a descrição do objeto ofertado com marca, modelo e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

b) Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e JÁ APRESENTADOS previamente, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento da disputa, observado o prazo constante no Edital.

c) Caso solicitado o envio de documentos complementares, não serão aceitos documentos novos, ou seja, aqueles que deveriam ter sido anexados, e por descuido ou por falta deles, não foram, conforme previsto no art. 26, caput, do Decreto Federal n°10.024/2019.

d) Com o advento do Decreto Federal nº 10.024/2019, sendo este edital elaborado com base em suas disposições, será necessário que o licitante vencedor encaminhe as propostas e documentos de habilitação integralmente todos os documentos (***não pode faltar nenhum documento/proposta***) via **HABILITANET** em arquivo **PDF**.

À
PROCURADORIA

Senhor (a) Procurador (a)

Solicito a Vossa Senhoria, proceder com análise prévia dos atos praticados no Edital do Pregão na sua forma Eletrônica n.° 101/2026, e seus anexos, juntamente com a Minuta do Contrato.

Após análise e parecer, solicito a devolução deste para darmos prosseguimento aos trâmites licitatórios.

Em, 03 de setembro de 2026

MAGNO B. S. FERREIRA
Pregoeiro